

**Câmara
Municipal**



MARCELO RABELLO NEVES

Presidente da Mesa Diretora

RAPHAEL BRANCO DOS SANTOS

Vice-Presidente da Mesa Diretora

MARCOS ANTÔNIO MACHADO

1º Secretário da Mesa Diretora

JAQUELINE HIAT DIAS

2ª Secretária da Mesa Diretora

ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA

Vereador

FABRÍCIO PORTO

ANDRIOLO MACHADO

Vereador

JORGE ANTÔNIO

MOURA DE REZENDE

Vereador

JOSÉ ROBERTO FONSECA

Vereador

LUIS DE SOUZA TEIXEIRA

Vereador

Marlene Fernandes Pires

Chefe de Gabinete da Presidência

Marcelo Fernando Ramos

Assessor Especial da Presidência

Daniel de Oliveira Souza

Diretor Geral

Michele Cabral Tavares

Gerente Financeira

Bruna Esteves Damasceno

Secretária Executiva da Presidência

Eduarda Esteves Almeida

Emanuel Rampini Figueiredo

Maiara Araújo Santos

Raquel Silveira Valença

Vitor Rodrigues Carvalho

Assessores Parlamentares das Comissões

SUMÁRIO

Ata de Sessão Legislativa

Páginas 1 a 3

DIÁRIO OFICIAL

Atos do Poder Legislativo

Município de São José do Vale do Rio Preto

ANO XVI nº 3.628 - 3ª-feira, 18 de novembro de 2025

ATA DE SESSÃO LEGISLATIVA

Ata nº 60/25

Ata da Sexagésima Reunião Ordinária do Primeiro Ano da Décima Legislatura da Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto, realizada ao décimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, sob a presidência do Vereador Marcelo Rabello Neves, com a presença dos Vereadores Adriano Martins de Oliveira, Jaqueline Hiat Dias, Jorge Antônio Moura de Rezende, José Roberto Fonseca, Luis de Souza Teixeira e Marcos Antônio Machado que assinaram o livro de presença, e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e três minutos, fazendo a invocação regimental, deu início aos trabalhos convidando o Sr. Josias Gonçalves para fazer a leitura do texto da Bíblia Sagrada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou a Vereadora Jaqueline Hiat, Segunda Secretária, que fizesse a leitura da Ata da sessão anterior, realizada no dia seis de novembro. A seguir, o Sr. Presidente solicitou que ao Vereador Marcos Machado, Primeiro Secretário, que fizesse a leitura das matérias no Expediente, do qual constavam o Ofício GP nº 602/25, que encaminha o Projeto de Lei nº 2.047/25 que requer autorização para a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 967.616,67 para o Fundo Municipal de Educação; Ofício GP nº 601/25, que encaminha o Projeto de Lei nº 2.048/25, que requer autorização para a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 513.975,99 para o Fundo Municipal de Educação; Ofício GP nº 608/25, de protocolo nº 2.045/25 que informa o encaminhamento de indicações aos setores competentes; Ofício GP nº 607/25, que encaminha o Projeto de Lei nº 2.054/25, que requer autorização para a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 144.837,59 para o Fundo Municipal de Saúde; Ofício GP nº 609/25, que encaminha o Projeto de Lei nº 2.055/25, que requer autorização para a abertura de crédito especial no valor de R\$ 75.372,94 para o Fundo Municipal de Saúde; as Indicações Legislativas: nº 2.046, 2.049, 2.064, 2.065 e 2.066/25, do Vereador Jorge Moura de Rezende; nº 2.056/25, do Vereador Adriano Martins; nº 2.057 e 2.059/25, do Vereador Fabrício Andriolo; e nº 2.060, 2.061, 2.062 e 2.063/25, do Vereador Marcos Machado; e a Moção de Aplausos nº 2.050/25, do Vereador Luis de Souza Teixeira e Sra. Janaina Araújo Morelli. A seguir, havendo inscritos para a Fala no Expediente, usou a Tribuna o Vereador Marcos Machado

que destacou a entrega de Moções de Aplauso ao setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, em conjunto com o vereador Jorge, em reconhecimento ao trabalho realizado na prestação de contas, que resultou em homenagem recebida em Brasília. Ressaltou a importância da valorização profissional, não apenas por meio de recursos financeiros, mas, sobretudo, pelo reconhecimento do empenho e da dedicação dos servidores públicos. Enfatizou que o bom funcionamento do município depende essencialmente dos servidores, que estão na linha de frente da administração pública. Também foi feita referência a um projeto social desenvolvido no bairro Pouso Alegre, pelas moradoras Michele, Roberta e Fernanda, em parceria com a Igreja Assembleia de Deus, sob liderança do pastor Vanis. O projeto atende crianças do bairro e da comunidade, sendo destacado como uma iniciativa de grande relevância social. Abordou, ainda, o retorno da realização de exames de endoscopia no Hospital Maternidade Santa Terezinha, por meio da Secretaria de Saúde, e a necessidade de ampliar os serviços de diagnóstico por imagem no município. Defendeu a implantação de um Centro de Imagem e, especialmente, a aquisição de um aparelho de tomografia, uma vez que diversos pacientes precisam ser encaminhados diariamente para outros municípios para a realização do exame. Relembrou que, na gestão anterior, havia sido destinada emenda impositiva conjunta dos vereadores para a compra do equipamento e construção da sala adequada para sua instalação, mas o projeto não foi concretizado. Sugeriu, portanto, que o tema volte a ser debatido no orçamento do próximo exercício, avaliando se é mais viável a contratação do serviço ou a aquisição do aparelho, considerando os custos e a complexidade da manutenção. Por fim, foi feito um reconhecimento aos agentes comunitários de saúde. Destacou a importância desses profissionais no fortalecimento da atenção básica, uma vez que são o elo direto entre o sistema de saúde e a população. Foi lembrado que, por lei, a categoria já conquistou avanços importantes, como o piso salarial e a aposentadoria especial. Ressaltou, ainda, que o trabalho dos agentes é essencial para a qualidade do atendimento, pois, ao realizarem visitas domiciliares mensais, conseguem identificar situações que muitas vezes não são percebidas por outros profissionais da equipe de saúde. A seguir, em atenção ao Requerimento nº 2.022/25, usou a Tribuna Livre a Sra. Patrícia do Rosário Santos, servidora pública Agente Comunitário de Saúde que apresentou manifestação em nome dos agentes comunitários de saúde do município, categoria considerada fundamental para o funcionamento da saúde pública local. Destacou que esses profissionais atuam na linha de frente, visitando domicílios e levando informações, cuidado, acompanhamento e esperança a inúmeras famílias. Ressaltou que, apesar da relevância da função, a categoria enfrenta diversos desafios que precisam ser reconhecidos e superados. Entre eles, estão a ampla cobertura territorial e o difícil acesso a determinadas áreas, como regiões rurais, morros e locais sem transporte público adequado, exigindo dos profissionais longos deslocamentos diários, muitas vezes sob condições climáticas adversas. Também mencionou as carências estruturais, como a falta de equipamentos de proteção individual, materiais de trabalho, computadores, acesso à internet e uniformes. Outro ponto abordado foi a baixa valorização e o reconhecimento profissional, apesar da essencialidade do trabalho desempenhado na atenção primária à saúde. Destacou, ainda, uma conquista recente da categoria: a implementação da formação técnica dos agentes comunitários de saúde e de endemias. Essa qualificação representa um avanço significativo, pois amplia a capacitação, a responsabilidade e o embasamento científico dos profissionais, permitindo um atendimento mais qualificado e efetivo nas comunidades. Mesmo diante desse progresso, pontuou que o piso salarial da categoria ainda se encontra abaixo do valor previsto pela legislação federal, que reconhece a importância do trabalho e estabelece remuneração digna. Em muitos municípios, essa norma não é integralmente cumprida, o que gera uma defasagem injusta para profissionais que enfrentam diariamente condições adversas para garantir o direito à saúde da população. A manifestação também alertou para os riscos inerentes à função, como a exposição à violência, a doenças contagiosas e a ambientes insalubres, além da sobrecarga de trabalho, já que cada agente é responsável pelo acompanhamento de dezenas de famílias, incluindo crianças, gestantes, idosos e pessoas com doenças crônicas. Destacou, ainda, a importância da capacitação contínua, uma vez que as políticas e diretrizes de saúde estão em constante atualização, embora os cursos de aperfeiçoamento nem sempre sejam acessíveis. Por fim, destacou o impacto emocional do trabalho, marcado pelo contato diário com situações de dor, pobreza e sofrimento, o que exige atenção especial à saúde mental desses profissionais. Diante desse contexto, foi solicitado que o Poder Legislativo reconheça a importância dos agentes comunitários de saúde e busque medidas

concretas de valorização, seja por meio de melhorias salariais, melhores condições de trabalho, oferta de capacitação e reconhecimento público. A manifestação concluiu afirmando que valorizar o agente comunitário de saúde é valorizar a atenção primária, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e cuidar de quem cuida do povo. Enfatizou que ser agente comunitário de saúde é mais do que uma profissão — é uma missão de amor, compromisso e transformação social. Encerrada a lista de inscritos para a Fala no Expediente, passou-se a Ordem do Dia com a aprovação das Indicações Legislativas que foram lidas no Expediente. Encerrada a Ordem do Dia, não havendo oradores inscritos para as Explicações Pessoais, às dezessete horas e dois minutos o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos e registrando a presença de visitantes no plenário, entre eles o Sr. Edmundo Campbell, secretário municipal de Meio Ambiente, marcando a próxima reunião ordinária para o próximo dia treze de novembro, quando estarão na Ordem do Dia os projetos que forem deliberados pelas comissões permanentes. E eu, Marcos Machado, Primeiro Secretário, para que tais relatos integrem os anais desta Casa, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito. São José do Vale do Rio Preto, em onze de novembro de dois mil e vinte e cinco. HAB.